



# **As reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social**

**16 de agosto de 2019**

# As reformas desestruturantes pretendem acabar com os direitos garantidos na Constituição de 1988

O Seminário Reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social foi encerrado no dia 16 de agosto de 2019, no Plenário Ana Terra, na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, com o debate sobre “As Reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social: Saúde, Educação, Trabalhista, Previdenciária e Tributária”.

Sob a coordenação do diretor de Assuntos Institucionais do IJF, Dão Real Pereira dos Santos, a mesa tratou da importância de se resgatar e defender a Constituição Federal de 1988, em especial, o Artigo 6º que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Deveríamos ler o Artigo 6º da Constituição todos os dias, ao acordar. Ele não faz distinção de qualidade entre os direitos. São todos essenciais no mesmo nível. E os direitos ali discriminados não estão vinculados nem condicionados, nem mesmo ao mundo do trabalho, como frequentemente a Previdência tem sido considerada. Os direitos sociais elencados no Artigo 6º devem ser financiados por toda a sociedade. Há um esforço evidente para desconectar no senso comum os deveres dos direitos. A elite brasileira vem construindo um verdadeiro mito sobre a carga tributária, tentando convencer a população que ela seria insustentável, mas oculta a relação de interdependência que existe entre a arrecadação dos tributos e o atendimento dos direitos sociais. Em relação à reforma da Previdência, o ataque mais frontal que estava na pauta era, sem dúvida, a proposta de capitalização, pois transformaria o direito constitucional à Previdência Social em uma mercadoria, o que significa ferir de morte o pacto social que construímos em 1988”, destacou Dão Real.

A maneira como as reformas vêm sendo propostas e implementadas, segundo ele, revela que a crise econômica e a crise fiscal que dela decorre, não são problemas a serem solucionados, mas sim, oportunidades para quem só quer reduzir o Estado. A crise é um cavalo encilhado para justificar a pressa em fazer as reformas. “Aliás, talvez devesse ser proibido se propor reforma constitucional em época de crises conjunturais. A crise contamina o resultado de qualquer tipo de reforma”, defendeu.

Reproduzimos a seguir as palestras proferidas no debate.

# Educação: “Uma concepção maior de democratização da educação só se faz com a democratização na educação”



“ Conhecimento não tem preço, pedagogia não tem preço, então na nossa visão a ideia de que nós estamos vivendo uma crise sim, nós estamos assolados, afogados nessa crise. Nós temos que nos unir no movimento maior de energia, e a noção de esperança no sentido de Paulo Freire, que ter esperança não é ficar esperando que alguma coisa aconteça.

**A** professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do RS (Faced-UFRGS), Maria Beatriz Luce, também fez um retrospecto da história de lutas e construções pela democratização da e na universidade desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, quando havia um forte movimento para pensar a educação.

## >> Beatriz Luce

Espero que seja esse o momento de início de um relacionamento que se aprofunde e se alargue entre os promotores deste evento e os professores, pesquisadores e estudantes que se dedicam ao estudo das políticas públicas de educação. Venho do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da UFRGS, um grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ, há muitos anos. Nos organizamos como núcleo de pesquisa a partir de quando começamos a ter uma produção sistemática de conhecimentos articulados à militância pelo direito à educação, para subsidiar nossas pautas pela (re)democratização da educação.

Vivo a universidade desde 1968, mas especialmente a partir de 1979, quando regressei ao Brasil após concluir o doutorado, é que passei a atuar mais amplamente no campo da educação. Os anos 1980 e 1990 foram de muita mobilização para propostas de redesenho de políticas públicas, de diagnósticos e estudos comparativos no cenário latino-americano e internacional, de revisões históricas e uma atualização das nossas pautas. A partir daí, felizmente a nossa força de trabalho nessa área se multiplica com estudantes de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, que se agregam periodicamente e vão nos ajudando a ter mais material. O número de colegas, professores universitários, nesta área também. Constituímos nas últimas décadas redes de grupos de pesquisa e entidades que nos congregam e representam, como a ANPAE, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação, mais antiga, e a ANPED, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Ao preparar-me para essa mesa, pensei inicialmente em trazer números de monitoramento do Plano Nacional de Educação, que evidenciassem as conquistas e insuficiências de nossas lutas. No entanto, os acontecimentos dos últimos tempos me fizeram repensar; achei mais importante falar sobre nossas graves preocupações das últimas semanas. Por isso, começo lembrando Paulo Freire e sua magistral lição de que Educação é um ato político e de que nós todos precisamos nos abastecer da capacidade de reflexão e de diálogo. Do seu livro “Pedagogia dos Sonhos Possíveis” (2001), destaco:

*É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.  
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir!  
Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.*

Conhecimento não tem preço, pedagogia não tem preço. Talvez nessa concepção resida uma das abissais divergências que nos levam a perceber que estamos vivendo uma crise profunda, na qual nos sentimos assolados, sendo afogados. Logo, há que resistir; e para tal nos unirmos na produção de um movimento com maior energia. A noção de esperança, no sentido de Paulo Freire, de que ter esperança não é ficar esperando que alguma coisa aconteça, me tem sido vital – i.e., esperar, levantar, ir atrás, construir, não desistir, levar adiante, juntar-se com outros para fazer de outro modo.

Penso que escolhi esta frase porque eu sou da geração que se mobilizou muito para escrever a Constituição Federal, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), consolidando a ampliação de direitos e buscando institucionalizar a igualdade de condições para aprender e ensinar. Dali para frente, seguimos na construção dessas políticas públicas e nos envolvemos na execução de algumas ou muitas destas. Contudo, eu tenho confidenciado a colegas da minha geração a sensação de que fizemos este trabalho de uma forma muito lacunosa, de que ficou faltando um pedaço muito importante, para além de fazer novas leis, mais escolas e mais universidades. Nós não percebemos, ou não tivemos energia suficiente, quer dizer, entre visão e força, nós não conseguimos fazer a pedagogia popular da democracia. A situação ético-política em que nos encontramos, de negação da importância das liberdades e das diferenças, de negação da Ciência e da Educação públicas é desconcertante, decepcionante.

Ao mesmo tempo que estamos no momento de resistir, estamos também num momento de voltar aos fundamentos, revisitar o que precisa ser modificado, imperfeições, incompletudes das políticas que temos, das instituições que estão funcionando do jeito que estão funcionando - as escolas, as universidades e a gestão das secretarias de Educação municipais, estaduais e tal. Temos muitas análises, precisamos nos mobilizar e passar daí. Retomar na base as bases dos movimentos sociais: democracia, reconhecimento, equidade, justiça social, cidadania.

Então, no momento me parece importante retomar algumas noções para não perdermos os elos. Temos que passar à nova geração a noção da construção histórica que fizemos e da utopia que nos moveu – e ainda move! Utopia no sentido de ideia força, não de um sonho impossível; planejamento social e educacional, assim como a “Pedagogia dos Sonhos Possíveis” do Paulo Freire. Venho de formação em planejamento da educação, a partir de estudos comparados e projetos de desenvolvimento econômico e social, donde nasce a área de estudos em políticas públicas e planejamento da educação, planejamento governamental. Tenho consciência de que avançamos muito nas ciências sociais e nas “artes” de diagnósticos e avaliação, ainda que estes sejam sempre incompletos e imprecisos. Este conhecimento precisa nos valer, agora mais que nunca, para traçar horizontes, estratégias de superação da situação presente, para estancar o conjuntural – assim espero – retrocesso obscuro. Precisamos enfrentar isso sem desprezar método e projeto: a construção democrática na/da política educacional.

Este é momento, por exemplo, de valorizar a Constituição Federal reconhecendo o que ganhamos naquele texto, o que tivemos que negociar e o que perdemos – lá em 1988 e de lá para cá. Há que (re)conhecer o capítulo da Educação da Constituição e no seu corpo todo

“ Nós temos que passar para a nova geração a noção da construção histórica que fizemos e de que a gente precisa da utopia. Utopia no sentido de ideia força, não de um sonho impossível, embora a “Pedagogia dos Sonhos Impossíveis”, do Paulo Freire.

“ Portanto a democratização da gestão das escolas, a gestão da Universidade com os colegiados, com as assembleias, com os grêmios estudantis, são mecanismos absolutamente importantes para a formação, para o tripé, como diz o artigo 205 de abertura da sessão da Educação, na Constituição, que a educação é dever do Estado, com o apoio, a participação da família e da sociedade.

o que vai incidir especificamente, palavra por palavra, sobre justiça social na educação e o papel do Estado e da sociedade para garantir a educação como dever do Estado. Perceber que o pensamento liberal tradicionalmente propõe igualdade de oportunidades no acesso à educação e que, já naquela época, anos 1980, nós combatemos essa formulação e vencemos com a escrita do princípio de que “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (CF, art. 206, I). Embora permanência seja uma palavra que hoje gostaríamos de modificar, pois já superamos a problemática maior do ingresso na escola, na escola obrigatória. Mas, enfim é um marco e podemos interpretar este princípio como direito a continuar estudando.

É momento de, especialmente, valorizar o processo de participação coletiva, discutir a nossa concepção de política de Estado e compreender que uma concepção maior de democratização da educação só se faz pela democratização na educação. Assim é: tendo o diálogo e a participação nas decisões como prática de liberdade e democracia, desde as crianças pequenas aprendendo a discutir seus interesses e preferências, a trabalhar em grupo, a se manifestarem. É toda uma mudança, inclusive nas práticas pedagógicas, porque nos queremos a todos/as como sujeitos ativos, o exercício da cidadania desde a educação infantil. Precisamos atuar dessa maneira e não descuidar dos grandes eixos pelos quais nos entendemos e convivemos. Assim nos apegamos à noção de democratização. Não basta expansão do acesso à escola, porque a quantidade de escolas, vagas e matrículas não carrega em si a virtude, a qualidade de justiça social. Pelo contrário, à medida que foi aumentando a taxa de escolarização, com mais vagas à disposição da população, o que se percebe? Quem tem mais poder, está historicamente melhor posicionado na sociedade, vai na frente desse processo de ampliação do acesso, criam-se níveis mais elevados de escolarização e promovem-se processos de diferenciação dentre as instituições educacionais, de diferenciação da qualidade e do prestígio das certificações. No bojo disso surgem as provas de avaliação nas escolas, em larga escala, os rankings, a publicidade desses resultados. Notemos que expansão e qualidade do ensino, transparência de informações, sempre foram reivindicação nossa, pauta democrática. A avaliação que propomos é para verificar a melhoria da qualidade e a equidade no sistema educacional; é para democratizar as decisões sobre o que se avalia, como se avalia e a quem interessa e serve a informação sobre a escola, os estudantes e os professores; é para alimentar o planejamento das políticas públicas que visam garantir o direito de todos/as e o dever do Estado. Não é, portanto, para hierarquizar mais ainda as redes escolares e facilitar a mercantilização da educação com essas informações.

É importante ter movimento social demandando vaga, claro! É o primeiro passo, mas não basta a vaga. É vaga aonde? Vaga de que qualidade? É para mais que isso, para que se possa chegar além, à democratização do conhecimento. Saliento a noção de equidade - que não é só igualdade, no sentido liberal. Para nós, da educação, equidade é igualdade em condições de aprender na sociedade desigual. Então, é tratar desigualmente estudantes e escolas para dar-lhes mais condições de igualdade de aprender e ensinar, de educar. Na atual desigualdade de condições sociais, econômicas e educacionais, precisamos que as escolas que atendem a determinados grupos sociais, ofereçam muito mais do que as escolas da elite oferecem. Porque a elite dispõe de outros lugares e recursos para fruição cultural, acesso aos esportes e ao turismo, para acesso a tecnologias e a tudo o que pretender adquirir e valorizar.

Aprendemos também que a democratização do acesso à escola e ao conhecimento, está intrinsecamente ligada à democratização da gestão das escolas, à gestão democrática da Universidade com os colegiados, assembleias, grêmios estudantis e sindicatos de profissionais da educação. Estes espaços de participação são mecanismos absolutamente importantes para as três funções primordiais da Educação como diz o artigo 205, na abertura da sessão da Educação, na Constituição.

*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Tenho dito que estas são magnas responsabilidades da Educação, mas que estão sendo postas em risco no atual momento político em que, em vez de se ampliar e aprofundar a formação humana mediante um sistema escolar público e gratuito de qualidade, ouve-se que a escola deve apenas dar conta de ensinar Português e Matemática, de preparar para o “mercado de trabalho”. Quem de nós que vai querer que seus filhos ou netos aprendam só Português e Matemática hoje em dia? Reduzir a variedade e as fontes de conhecimento? Ser treinado para responder testes?

A política curricular tem relação com a hierarquização ou a democratização do sistema educacional. O projeto democrático de educação é o projeto de uma escola pública para todos, com pluralidade de projetos pedagógicos e autonomia das escolas, compreendidas como a unidade do Sistema Nacional de Educação. Diferentemente da área da Saúde – permitam-me lembrar esse ponto importante por estarmos em painel intersetorial – a da Educação não conseguiu ainda estruturar-se legalmente como é o caso do SUS. Quando chegamos à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), o setor da Saúde já havia realizado sua grande Conferência Nacional de Saúde, aprovado o SUS como concepção e a partir dali trabalhou fortemente, se mobilizou para impregná-lo na Constituição e na legislação subsequente que veio logo. Na área da Educação a proposta de institucionalização de um sistema nacional de educação tem sido defendida desde o início da República, mas enfrenta vários obstáculos ao longo desse caminho. Inicialmente, houve o embate entre “católicos e liberais” – lembrando que, naquele tempo, os liberais eram os mais democráticos, os que defendiam o direito de todos à educação e o dever do Estado de ofertar escola pública gratuita. Adiante, além da disputa entre educação privada ou pública e sobre o escopo da regulação estatal e as formas de financiamento público à educação, (com)implicam-se as relações federativas de competências e responsabilidades em face das matrizes tributária e orçamentária, os espaços de poder legislativo e executivo sobre a educação. Daí, nós da área da educação, fizemos várias conferências brasileiras no período de distensão e redemocratização, mas não conseguimos fechar uma proposta razoavelmente consensual de Sistema Nacional de Educação para a Constituição de 1988 e para a subsequente LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Embora o primeiro PL da LDB tenha sido protocolado ainda em dezembro de 1988, estava incompleto e com muitos pontos em disputa, o que dificultou a articulação de apoio entre os parlamentares. Havia, além do inicial sobre os fins da educação, um título importante que era da organização do Sistema Nacional de Educação, que acabou sendo perdido, em grande parte pelo poder dos governadores e dos sindicatos de professores que temiam a descentralização aos municípios, assim como a falta de garantias de assistência técnica e financeira da União; de outra, seguia latente o problema do público e privado no financiamento da educação. Na Constituição tínhamos garantido os 18% + 25% + 25% da receita pública de impostos para a educação, na trilha da Emenda Calmon; porém, o projeto de LDB levou de 1988 até dezembro de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, para ser aprovado pelo Congresso Nacional e não por acaso concomitantemente foi aprovada a Lei do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), um grande avanço no sentido de concertação federativa, com distribuição dos recursos financeiros proporcionalmente aos encargos de matrícula e de valorização dos professores (formação, carreira e remuneração).

Enfim, avançamos muito em termos de escolarização nesse tempo todo e por isso resistimos às medidas meramente gerencialistas que hoje estão sendo propostas: A organização dos sistemas estaduais e municipais de educação é evidentemente complexa e requer gestão educacional. O fechamento de escolas como está agora anunciado na rede estadual gaúcha não tem justificativa sem um plano de correspondentes ampliações de escolas e/ou turnos, pois subsiste o quadro de crianças e adolescentes fora da escola e número de horas na escola e a qualidade do ensino estão a reclamar melhor planejamento do mapa escolar, melhores condições de infraestrutura, mais horas de escola, projetos pedagógicos mais robustos (educação integral) e maior valorização do magistério. Como conceber o fechamento de uma escola, por exemplo, apenas porque tem poucos alunos e é muito caro ou difícil mantê-la? Além de questões de eficiência é preciso reconhecer que em muitos casos

“ Eu queria enfatizar essas conquistas e dizer que não bastam políticas genéricas de expansão, mas as nossas conquistas todas se deram com as políticas focalizadas e de ações afirmativas, porque é a única forma da gente encontrar o conceito de justiça social.

“ Por um planejamento da educação para esperar-se, inspirados em Paulo Freire! Resistamos por uma educação pública, laica, gratuita, com padrão de qualidade e gestão democrática. Pública, gratuita, com padrão de qualidade e gestão democrática ainda está na letra da Lei, a laicidade da escola pública perdemos no texto de 1988, mas acredito que hoje temos muitos mais motivos para voltar essa discussão. Esperancemos!!!

a escola é o único ponto de encontro e identidade de uma comunidade ou o único ponto de presença do Estado num vasto território. E que as professoras muitas vezes exercem um papel insubstituível de informação e proteção ou promoção dos direitos sociais de crianças e adolescentes, mas também de adultos e idosos mais desvalidos.

À base dos eixos articuladores do novo ordenamento constitucional e legal da educação, da construção de políticas públicas que garantam o direito à educação, ao longo do tempo forjou-se a noção de educação como bem público – ainda incipiente em 1988 –, vem à tona com as noções de justiça e equidade social, ética, respeito às culturas, à questão da diversidade, reconhecidas também nas conferências mundiais de educação a partir de 1990.

Construímos a concepção de qualidade da educação – democrática, humanística, científica, artística, sustentável. E a importância da garantia de qualidade, sem a qual não existe democratização. É trágico reconhecer que a desigualdade de qualidade nas escolas é hoje o nosso principal problema, não que não seja problema a imensa falta de vagas nas creches de 0 a 3 anos – problema de quantidade e de qualidade. Porto Alegre oferece ainda todas as vagas necessárias para atender a obrigatoriedade de pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, uma meta para nos colocarmos minimamente no patamar mundial de idade inicial na escola, legalmente exigível desde 2016. Pior tem feito a expansão da oferta de vagas por meio de convênios com instituições privadas muito precárias e sem garantir o padrão de qualidade e educação de sentido público (não confessional), ao valer-se de entidades ligadas a associações de mães de bairros, a ONGs variadas, muitas ligadas ao setor religioso. Então, se num certo tempo foi positiva a força de movimentos sociais e populares para organizar a demanda das comunidades por escola pública, hoje, pelo contrário, o conservadorismo está pressionando para que não se abra uma escola municipal. Não é só a crise fiscal e orçamentária, temos que lidar em contexto e dialogicamente com essas questões! Há interesses fundamentalistas, conservadores, não só propugnando pela educação domiciliar, que ainda é para uma elite que sabe o que é isso e tem condições de prover educação.

Ao finalizar, queria enfatizar essas conquistas e dizer que não bastam políticas genéricas de expansão e qualidade, de democratização do acesso, do conhecimento e da gestão das instituições de educação. Nossas conquistas se deram também com as políticas focalizadas e de ações afirmativas – por excelência fundantes da justiça social na educação. Somos devedores do conceito de Nancy Fraser e outros, que enfatiza a importância de redistribuição e reconhecimento. Não basta só a vaga na escola, é necessário valorização da diversidade étnica e cultural. Recém o currículo escolar de nosso País incorpora o estudo de história e cultura da África e afro-brasileira, de cultura indígena, e promove a identidade local de grupos indígenas e quilombolas em escolas próprias – como modalidades da educação básica.

Por um planejamento da educação para esperar-se, inspirados em Paulo Freire! Resistamos por uma educação pública, laica, gratuita, com padrão de qualidade e gestão democrática. Pública, gratuita, com padrão de qualidade e gestão democrática ainda está na letra da Lei, a laicidade da escola pública perdemos no texto de 1988, mas acredito que hoje temos muitos mais motivos para voltar essa discussão. Esperancemos!!!